Universidade Federal de Goiás
Programa de Pós-graduação em Filosofia
Minicurso sobre Concepção e Epistemologia da Experiência Religiosa
Prof. Dr. Agnaldo Cuoco Portugal (Universidade de Brasília)

A Experiência Religiosa na Fundamentação da Crença em Deus - Notas de Aula

- Dentre as abordagens mais importantes na filosofia analítica da religião para o problema da fundamentação da crença em Deus contemporaneamente está a de uma corrente denominada por alguns como "experiencialismo" (vide Hasker 1996: 144). Experiencialistas seriam os epistemólogos do teísmo que advogam um papel importante para o conceito de experiência religiosa na fundamentação da crença em Deus. Dentre esses epistemólogos, destacam-se os nomes de William Alston, Caroline Franks-Davis, Jerome Gellman e Richard Swinburne, entre vários outros. Uma perspectiva que remonta, fora da tradição analítica, a trabalhos de autores como Schleiermacher, Rudolf Otto e Mircea Eliade, que chamaram a atenção para o elemento experiencial ou vivencial da religiosidade, diferentemente da tendência predominante em filosofia da religião que buscava uma reconstrução racional, discursiva e argumentativa das crenças religiosas.
- Em termos gerais, entenda-se experiência religiosa como aquelas ocorrências na vida mental das pessoas que tenham relevância religiosa e que se refiram a algo sentido por elas (vide, por exemplo, Alston (1991: 34) e Swinburne (1991: 244)). Entendida desse modo, não se está postulando que uma experiência religiosa corresponda a qualquer realidade objetiva em princípio, mas apenas se a descrevendo como um fenômeno da vida mental de certas pessoas que afirmam terem sentido algo que tinha conotação religiosa para elas.
- Como se vê, o entendimento geral de experiência religiosa é bastante amplo e vago, podendo incluir uma vasta gama de fenômenos. Mesmo se - dado o escopo de nosso estudo - restringimo-nos apenas a alegadas experiências de Deus, é possível ainda listar pelo menos quatro tipos de experiências religiosas, conforme sugere Robert Audi (vide 1995: 6-7):
1) percepção direta de Deus, que ele chama de "percepção teísta simples", como a reportada nas narrativas bíblicas sobre Moisés no Monte Sinai ou sobre Jesus no Monte das Oliveiras;
2) perceber Deus por meio da percepção de alguma sensação indireta, como a percepção de uma "forte energia" ou a sensação de "um amor infinito e envolvente", chamada por Audi de "percepção teísta indireta";
3) perceber algo <u>como</u> tendo uma propriedade divina, ou seja, a interpretação de um objeto ou evento como sinais de Deus ou da ação divina, como a cura de uma doença grave ou a posse de um dom extraordinário, que Audi classifica como "percepção teística aspectual";
4) perceber Deus <u>em</u> algo, como "num lindo pôr-do-sol" ou "no sorriso de uma criança", que Audi chama de "percepção teística estratificada".
- Dentre essas quatro categorias de experiência teísta, a abordagem de William Alston, o mais importante epistemólogo da experiência religiosa na filosofia analítica contemporânea, trabalha apenas com as duas primeiras, ou seja, com as situações nas quais Deus aparece ou se apresenta com uma dada característica. Alston chama esse subconjunto das experiências religiosas, nas quais Deus se apresenta para alguém, de "percepção mística".

- O projeto alstoniano de fundamentar a crença teísta na experiência religiosa compreende basicamente três elementos: uma teoria da percepção, uma teoria da justificação das crenças perceptuais e uma aplicação dessas teorias aos fenômenos de percepção mística, ou seja, uma defesa das teses de que há de fato um tipo de percepção que tem Deus como referente e de que essas percepções servem para fundamentar a crença de que Deus existe.

Alston e a Percepção - a Teoria da Aparição

- Segundo Alston, há dois requisitos fundamentais para um fenômeno mental ser classificado como perceptual (vide Alston 1991: 36):

a. o caráter "apresentacional" de parte do objeto para o perceptor, ou seja, o perceptor sente o objeto como algo que se apresenta, impõe-se a ele independentemente de seus esforços, como algo que ele não pode evitar perceber;

b. a consciência imediata do objeto por parte do perceptor, ou seja, o perceptor apreende o objeto de um modo direto, tal que é diferente de lembrá-lo, pensá-lo ou raciocinar a respeito dele, que são formas mediatizadas de apreensão do objeto de uma ocorrência mental.

- Um outro elemento fundamental de uma percepção e, do qual Alston não se esquece, é que o reconhecimento de uma percepção se dá dentro de um certo quadro conceitual. Em outras palavras, um objeto que se me apresenta e do qual tenho consciência imediata só pode ser identificado de acordo com os conceitos e categorias que disponho para classificá-lo e pensá-lo (vide Alston 1991: 100). Assim, um radiologista, pelo treinamento e conhecimento que adquiriu ao estudar radiologia médica, é capaz de identificar uma pneumonia num exame de raio X enquanto um leigo só consegue ver ali algumas manchas mais escuras num fundo menos escuro.

- Porém, o mais importante é que, numa percepção, diz Alston, o quadro conceitual é apenas pressuposto, não sendo conscientemente pensado no processo, tal como um motorista experiente não pensa no modo como se passa a marcha ao dirigir.

- Com base nessa caracterização, Alston defende que é possível classificarem-se experiências místicas narradas por Tereza D'Ávila, Angela Foligno e outros místicos menos famosos (tais como os apresentados por William James em *The Varieties of Religious Experience*) como perceptuais. Por um lado, eles relataram ocorrências mentais nas quais eles se sentiram conscientes da presença de Deus num modo tal que independia de seus esforços e que era completamente diferente do simples pensar, argumentar ou lembrar de Deus (vide Alston 1991: 16).

- Além disso, mesmo não sendo sensoriais, tais fenômenos poderiam ainda se qualificar como perceptuais, pois não há razão para pensar que nossas percepções devam ser exclusivamente sensoriais. Por outro lado, mesmo que seja um assunto de debate filosófico, poucos filósofos sustentam que a existência de Deus é impossível. Sendo assim, é possível também, em princípio que Ele possa ser percebido. A aqueles que afirmam que não se pode perceber Deus, pois Ele é infinito, Alston responde dizendo que não precisamos perceber a totalidade de *x* para perceber *x*. E mesmo que só captemos o ser de Deus de um modo imperfeito e adaptado a nossas limitações, isso não significa que seja impossível ter alguma percepção de Deus, mesmo porque é difícil sustentar que captemos qualquer objeto lógico do modo como ele é em si e não apenas segundo a limitação de nosso aparato perceptivo e conceitual (vide Alston 1991: 59, 60 e 63).

- De fato, em vista dessas objeções teológicas, parece incoerente para um teísta negar a possibilidade de percepção de Deus (vide, por exemplo, Davies (1993)), pois ela está necessariamente implicada na noção de revelação do divino, que é crucial para a compreensão do fenômeno religioso do ponto de vista do crente.

A Justificação de Crenças Perceptuais e a Abordagem da Prática Doxástica

- O segundo tópico do programa de justificação do teísmo de Alston é sua teoria da justificação. Justificação de crenças, segundo Alston, implica uma avaliação das proposições nas quais se acredita. Estar justificado em acreditar em *p* é ter uma base ou fundamento adequado para crer que *p* é verdadeiro (vide Alston 1991: 73).
- Nesse sentido, trata-se de uma questão de grau, pois se pode estar mais ou menos justificado em crer em *p*. Além disso, pode-se estar justificado em acreditar em *p prima facie*, ou seja, até que se mostre que a crença em *p* não é justificada, ou de modo inqualificado, ou seja, *p* deve ser aceita como verdadeira independentemente de qualquer investigação posterior. Em geral, a justificação de crenças perceptuais é apenas *prima facie*, ou seja, elas podem ser mantidas apenas até que tenhamos uma razão mais forte para rejeitar sua probabilidade inicial.
- Uma distinção preliminar importante é entre a atividade de justificação e o estado de justificação. Pode-se estar justificado de modo imediato, sem que isso seja resultado de uma atividade inferencial ou argumentativa de fundamentação.
- Mesmo envolvendo uma apreensão imediata e não o produto de uma atividade consciente e inferencial de justificação, a formação de crenças perceptuais pode ser considerada uma prática sujeita a avaliação positiva ou negativa. Em outras palavras, podermos classificar o grau com que o percebedor forma crenças perceptuais significa avaliar o quanto ele domina a prática de formar esse tipo de crença a partir de apreensões imediatas e crenças não sensoriais de fundo. É a essa maneira de formar crenças a partir de fundamentos perceptuais ou não e que pode ser avaliada quanto ao seu melhor ou pior desempenho que Alston chama de "prática doxástica" (vide Alston 1991: 100).
- Uma prática doxástica é, então, uma maneira de formar crenças como resultados (*outputs*) de certas fontes (*inputs*) tais como percepção sensorial, testemunho, memória, raciocínio, percepção mística ou leitura de bolas de cristal. Assim, o problema de se uma certa crença perceptual é justificada se torna o problema de se a prática doxástica correspondente é capaz de gerar crenças verdadeiras (vide Alston 1991: 100-101).
- No entanto, se olhamos para a prática doxástica da percepção sensorial, o principal modelo para práticas de formar crenças perceptuais, temos um problema. Para determinar se a maioria das crenças formadas a partir da percepção sensorial é verdadeira e, assim, se a prática doxástica correspondente é confiável precisamos de algum modo contar com a própria percepção sensorial. Em outras palavras, caímos numa espécie de circularidade epistêmica que impede uma justificação epistemológica de práticas doxásticas, pois não temos como avaliar o quão verossímeis são os resultados da percepção sensorial sem já estarmos pressupondo a própria percepção sensorial.
- No entanto, por mais dificuldade que tenhamos de justificar a verdade de nossas crenças perceptuais sensoriais, não temos como evitar formar crenças a partir da correspondente prática doxástica. Assim, o que Alston propõe é que a prática doxástica da percepção sensorial seja avaliada com base em critérios determinados por ela mesma, ou seja, respeitando-se a idéia de que precisamos da percepção sensorial para avaliarmos se ela

produz crenças falsas demais a ponto de se tornar inconfiável. Nesse caso, o que temos é uma análise coerentista, ou seja, uma prática será *prima facie* confiável enquanto não se mostrar que ela tem inconsistências internas demais e enquanto não contradisser com demasiada freqüência outras práticas mais arraigadas e universais (vide Alston 1991: 170).
- Mesmo considerando-se que as práticas doxásticas devem ser avaliadas conformes seus próprios critérios, pois não há um pano de fundo neutro e comum para se julgá-las, isso não significa que tudo vale. Alston entende eliminar o perigo do relativismo, postulando que todas as práticas formam crenças acerca de um mesmo mundo e que há práticas mais confiáveis porque melhores estabelecidas e universais que outras.
- Outros elementos que caracterizam uma prática doxástica são: 1) a posse de um "sistema de cancelamento" (*overrider system*), pelo qual as crenças formadas são testadas e avaliadas (vide Alston 1991: 159); 2) práticas doxásticas são pré-reflexivas, ou seja, engajamo-nos nelas antes mesmo de refletir ou estarmos conscientes delas (vide Alston 1991: 163), pois 3) elas são estabelecidas e partilhadas socialmente. Além disso, o conjunto de conceitos de fundo que caracteriza cada prática pode mudar ao longo do tempo.
- Assim, dada a circularidade epistêmica, o caráter irredutível e autônomo das diferentes práticas doxásticas e as outras características destas indicadas acima, Alston afirma que o tipo de justificação para a qual se pode postular para uma prática doxástica é uma racionalidade prática, ou seja, a racionalidade de agir ao formar crenças do modo como formamos. Em outras palavras, se a prática doxástica não forma crenças inconsistentes entre si em demasia, então o fato de que sentimos inevitável formar crenças do modo como prescreve a prática faz com que sejamos incoerentes ao considerá-las inconfiáveis até prova em contrário (vide Alston 1991: 169).
- Assim, enquanto o cético continua agindo com base em crenças formadas sensorialmente, sua crítica é incoerente e essa prática doxástica pode ser considerada confiável e *prima facie* justificada em termos práticos.

<u>A Justificação da Crença em Deus com Base na Prática Doxástica Mística Cristã</u>

- Dada a pluralidade de religiões, com seus múltiplos sistemas conceituais de fundo e sistemas de cancelamento de crenças potencialmente divergente, Alston propõe que o problema da fundamentação do teísmo a partir da abordagem da prática doxástica se concentre na prática doxástica cristã, que seria apenas um exemplo de aplicação da abordagem, escolhido pela maior familiaridade do autor com a mesma (vide Alston 1991: 192-3).
- Segundo Alston, a prática doxástica mística cristã (PMC) apresenta todas as características que tipificam uma prática doxástica em geral. Enquanto mecanismo formador de crenças religiosas a partir de percepções místicas, ela é adquirida e a ela se adere bem antes de se ser explicitamente consciente dela. Ela tem um sistema de cancelamento de crenças próprio que se baseia num conjunto particular de pressupostos conceituais, que podem ir mudando com o tempo. Os participantes de PMC estão envolvidos em outras práticas com as quais ela interage. PMC é transmitida e partilhada socialmente e seus participantes afirmam não conseguirem evitar formar crenças a partir das percepções envolvidas nesta prática (vide Alston 1991: 187-8).
- Assim, se se confere confiabilidade *prima facie* a outras práticas doxásticas com essas características, não há porque não dar às práticas doxásticas místicas (entre elas a cristã) a mesma prerrogativa e com base na confiabilidade de PMC, o teísmo fica justificado *prima facie*.

Bibliografia

ALSTON, William [1991] *Perceiving God; the Epistemology of Religious Experience*. Ithaca/London: Cornell University Press.

AUDI, Robert [1995] 'Perceptual Experience, Doxastic Practice, and the Rationality of Religious Commitment', in: *Journal of Philosophical Research*, vol. XX, pp. 1-18.

DAVIES, Brian [1993] *An Introduction to the Philosophy of Religion – New Edition*. Oxford: OUP.

HASKER, William [1996] 'Religious Epistemology', in BORCHERT, Donald. *The Encyclopaedia of Philosophy – Supplement*. New York: Macmillan, pp. 142-145.

SWINBURNE, Richard [1991] *The Existence of God – Revised Edition*. Oxford: Clarendon.